

7º COLÓQUIO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS
Desenvolvimento, integração regional e território: marcos conceituais e de integração
Curitiba – 10 a 13 de setembro de 2008

**AGLOMERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA: INTEGRAÇÃO REGIONAL OU
CONSTITUIÇÃO DE UM ENCLAVE?**

Rosa Moura

geógrafa, pesquisadora do IPARDES e da Rede Observatório das Metrópoles, projeto Instituto do Milênio-CNPq, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: rosamoura@ipardes.pr.gov.br

Nelson Ari Cardoso

sociólogo, pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). E-mail: nelsoncardoso@ipardes.pr.gov.br

RESUMO

O trabalho proposto faz uma reflexão sobre a aglomeração urbana de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), abordando o processo de ocupação do espaço regional, a escala das relações locais/regionais/globais, a importância ambiental, a diversidade cultural e a presença do “outro” como condição que transforma material e simbolicamente esse espaço. Discute a posição de fronteira em sua institucionalidade paradoxal, que ao mesmo tempo assume a defesa de cada país sem ser capaz de contemplar as especificidades e a dimensão de um espaço comum, destacando a difícil tarefa de gestão de uma aglomeração dessa categoria, pela sua localização transfronteiriça. Valendo-se de conceitos clássicos, estabelece contrapontos, com vistas a contribuir ao debate e compreender a dinâmica dessas territorialidades peculiares – porém similares a tantas outras que se localizam entre tantos países –, pela inserção de seus atores na divisão internacional do trabalho, por suas iniquidades socioespaciais e pela incessante mobilidade de pessoas e mercadorias. Finaliza contemplando a indagação do título: essa aglomeração contribui para a integração regional ou se fecha enquanto um enclave verticalizado?

Palavras chave: aglomerações transfronteiriças, gestão urbana transfronteiriça, aglomerações urbanas internacionais, Tríplice Fronteira.

RESUMEN

El trabajo propuesto hace una reflexión acerca de la aglomeración urbana de Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguay) y Puerto Iguazú (Argentina), considerando el proceso de ocupación del espacio regional, la escala de sus relaciones locales/regionales/globales, la importancia ambiental, diversidad cultural y presencia del “otro” como condición que cambia material y simbólicamente el espacio. Discute la posición de frontera en su institucionalidad paradójica, que al mismo tiempo defiende cada país y no es capaz de contemplar las especificidades del espacio común, subrayando que la difícil tarea de su gestión queda todavía más compleja por su ubicación transfronteriza. Se vale de conceptos clásicos para establecer contrapuntos que contribuyen al debate y comprensión de la dinámica de esas territorialidades peculiares y únicas – pero similares a innumerables otras entre

tantos países –, por la inserción de sus actores en la división social del trabajo, por sus iniquidades socioespaciales, y por la incesante movilidad de personas y mercancías. En el final, contempla la indagación tema: ¿dicha aglomeración contribuye hasta la integración regional o se clausura en cuanto un enclave verticalizado?

Palabras clave: Aglomeraciones transfronterizas, gestión urbana transfronteriza, aglomeraciones urbanas internacionales, Triple Frontera.

Introdução

Ao longo da fronteira do Brasil com os demais países da América do Sul muitos são os espaços que configuram aglomerações urbanas transfronteiriças com significância e impacto social, político e econômico sobre seu entorno, algumas, com dimensão e relevância que extrapola seus limites imediatos. Nesses espaços se realizam relações diferenciadas e singulares, dado um cotidiano conflituoso vivenciado por aqueles que lá habitam e os que para lá se dirigem motivados pelos mais diferentes interesses. Nem sempre amistosas, tais relações possuem em comum os riscos (de sucesso e/ou fracasso) inerentes a uma relação mediada por necessidades e contingências híbridas entre o endógeno e o exógeno, que se apresentam como desafios à sociabilidade até da população local.

Permeados pela clandestinidade e/ou por uma espécie de ilegalidade consentida, os embates das relações de interesses das populações dos diferentes países que se avizinham por vezes deflagram incidentes diplomáticos capazes de constrangimentos. Fato que pode ser associado à distância física e ao relativo isolamento destas porções do território nacional em relação ao poder central, aos grandes centros urbanos e aos organismos de maior repercussão junto à opinião pública. A presença de tais espaços na grande mídia se faz esporádica e de forma pontual, seja por casos pitorescos ou quando da ocorrência de fatos catastróficos, ações criminosas ou enfrentamentos, majoritariamente em tom de denúncia, adjetivada por uma pernóstica ausência de controle, quase sempre atribuída à incapacidade de ação do Estado. Para a sociedade dos países, o debate sobre a posição transfronteiriça não se dá na positividade das relações diversas permitidas por essa geografia, mas sim, na ameaça eminente de qualquer ordem, cabendo portanto, ações repressivas, punitivas e a exacerbação do controle.

As raízes desse imbricado relacionamento, ainda que não de forma exclusiva, remetem a distintos períodos históricos da ocupação do território brasileiro. Notadamente, àqueles incentivados pelo governo federal em campanhas de ocupação dos espaços de fronteira, nas quais a população brasileira, ou parcela específica, é conclamada a empreender um movimento de traslado, numa atitude de

colonização e posse desses “vazios territoriais”, imprescindíveis à construção de uma unidade nacional, ao mesmo tempo, sinônimo de oportunidade de progresso econômico, individual e/ou coletivo. A lógica desse movimento populacional em direção a tais vazios, numa analogia, grosso modo, reedita o discurso das “entradas e bandeiras”, em detrimento das ocupações locais secularmente instaladas. Sob a égide de uma suposta interiorização do desenvolvimento do País e de seus cidadãos esse movimento de ocupação das regiões de fronteiras, independentemente de sua sustentabilidade econômica e/ou responsabilidade social, obedece ao *establishment* econômico da época, significando a exploração mais imediata dos recursos naturais disponíveis, apresentados enquanto oportunidade de desenvolvimento e firmamento de uma unidade nacional supostamente ameaçada.

Concomitantemente ao deslocamento populacional, visando à ocupação dos vazios territoriais, são realizadas obras de infra-estrutura, que guardada sua proporcionalidade e temporalidade, provocam grande impacto sobre a realidade local. Caracterizadas pela oferta de emprego (frentes de trabalho), atraem grandes contingentes humanos, não necessariamente com qualificação profissional, numa relação empregatícia de natureza pontual e efêmera, com prazo contratual determinado. O que significa dizer que o compromisso entre as partes se encerra com a conclusão da obra. De modo geral, estes contingentes obreiros são oriundos das mais diferentes localidades do País, o que lhes confere, dada sua condição de forasteiros, uma espécie de ausência de compromissos com a sociedade local.

A efetivação de tais infra-estruturas, principalmente àquelas ligadas ao transporte de pessoas e mercadorias, representa um marco na integração interna e externa dessas porções territoriais, com desdobramentos e repercussões na amplitude de seus tecidos políticos, econômicos e sociais. A aglomeração transfronteiriça, objeto desta reflexão, vem se consolidando marcadamente a partir desses processos.

Partindo dessa compreensão, o presente artigo analisa e discute o papel da aglomeração urbana transfronteiriça, formada por Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), na porção Oeste do território paranaense. Esta porção é considerada e nominada 3º espaço relevante do Estado, dada classificação pelas condições de relevância econômica e infra-estrutura técnico-científica e sua inserção na divisão social do trabalho (IPARDES, 2005), entre as diversas espacialidades paranaenses. Apoiando-se em pesquisa do IparDES (IPARDES, 2008), destaca algumas singularidades dessa aglomeração, colocando em discussão se a mesma contribui de fato para a integração regional ou se constitui um enclave em relação ao contexto regional desse 3º espaço, mantendo um diálogo

verticalizado mais com outros centros dos respectivos países ou do mundo, que com o próprio espaço regional vizinho.

Ocupação recente e formação de uma economia regional

Um dos primeiros esforços, por parte do governo brasileiro, no sentido atrair população para o extremo Oeste do Paraná ocorreu na década de 1930, com o movimento denominado “marcha para o Oeste”, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, com o intuito de adensar a ocupação do território brasileiro.

No que se refere ao Paraná, esta iniciativa governamental deu prosseguimento à já existente exploração da madeira, ampliando a oferta de terras disponíveis para práticas agrícolas e pecuárias, terras estas, de excelente qualidade. Soma-se a essa aptidão natural do solo a práticas agrícolas, o fato de que a retirada do estoque madeireiro foi realizada por companhias colonizadoras majoritariamente gaúchas, simultaneamente voltadas ao comércio de terras e extração da madeira, estabelecendo assim, uma relação de cumplicidade entre a retirada da cobertura florestal, a ativação de um mercado de terras e a entrada de atividades agropecuárias.

Porém, a considerar os registros censitários, a efetiva contribuição governamental para o adensamento populacional desse espaço, até então conhecido como “sertão paranaense” (REOLON, 2007, p.75), foi bastante discreta. Fato que pode ser atribuído à sua distante localização em relação à porção Leste, por onde se iniciou o povoamento do Paraná, e à quase total inexistência de infraestrutura de comunicação interligando o Oeste ao restante do Estado, ao País e mesmo aos vizinhos Paraguai e Argentina, mantendo assim, seu isolamento e suas baixas densidades populacionais (IPARDES, 2004).

As melhorias e a ampliação do sistema viário, a partir da década de 1950, impulsionaram de forma decisiva o adensamento populacional e a consolidação das atividades agropecuárias na região, sendo que a qualidade dos solos e a capacidade técnica dos produtores, aliadas a possibilidade de escoamento, viabilizaram a produção de excedentes para comercialização.

Em apenas 20 anos (1950/1970), a população total do 3º espaço relevante do Paraná, salta de aproximados 16 mil habitantes, para mais de 760 mil, distribuídos majoritariamente em áreas rurais (tabela1).

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS E DA POPULAÇÃO NO 3º ESPAÇO – PARANÁ – 1950-2007

CENSO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)
1950	1	16.421	3.404	13.017	20,73
1960	4	113.752	29.843	84.412	26,24
1970	19	763.723	152.354	611.948	19,95
1980	20	953.364	490.662	452.902	51,47
1991	35	1.017.300	738.136	279.164	72,56
2000	49	1.140.315	937.484	202.831	82,21
2007*	49	1.246.881	1.060.336	186.645	85,03

FONTE: IBGE

(*) Dados da Contagem da População do IBGE. A População total dos municípios com mais de 170 mil habitantes foi estimada, desta forma, para efeito desse estudo foram mantidas as mesmas taxas de urbanização observadas em 2000.

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

É importante destacar que, em 1950, apenas Foz do Iguaçu possuía a condição político-administrativa de município, sendo que sua área se estendia até o Noroeste do Estado. Nesse mesmo período são criados na região 18 novos municípios, iniciando um progressivo processo de fragmentação do território que se estenderá de forma mais intensa até meados da década de 1990. “Assim, não apenas as áreas rurais experimentaram incrementos substantivos de população, ao longo desse período, mas também inúmeros núcleos urbanos foram se formando para dar suporte à agricultura em expansão” (MAGALHÃES, 2003, p.15-16).

A grande maioria desse contingente populacional que migra para o Oeste entre 1950 e 1970 apresenta algumas características comuns no que se refere a sua origem, perfil cultural e condições socioeconômicas, que serão determinantes para compreender o presente. Em sua maioria, tratavam-se de pequenos proprietários e trabalhadores rurais, atraídos pela possibilidade de construir um futuro mais promissor, ou simplesmente, tangidos pelo processo acumulativo e concentrador em curso nos seus locais de procedência. Esta origem marcadamente rural, principalmente no que se refere a sua inserção anterior na divisão social do trabalho, confere a este migrante um conhecimento, ou *expertise* relativamente em grau de homogeneidade, fundamental para o pleno desenvolvimento daquela que será a principal atividade da região, a agropecuária. Saliencia-se ainda, que não se tratava de um contingente e produtores rurais de subsistência, mas de produtores inseridos e/ou conhecedores das lógicas do mercado.

A partir de meados da década de 1970, a intensificação no cultivo da soja, consolida em definitivo a presença da atividade agropecuária e seus desdobramentos agroindustriais na região. Caracterizando, ainda que de forma difusa, pouco intencional ou não necessariamente planejada, uma economia regionalmente integrada, com intensa e progressiva mecanização. Desencadeia,

desta forma, a constituição de ativos institucionais de fomento à cadeia produtiva, de modo a qualificá-la, frente ao mercado interno e externo. Esse processo de modernização tecnológica e busca de maior produtividade, provocou mudanças na base produtiva da região, repercutindo em sua formatação político-administrativa, em sua estrutura fundiária e na distribuição espacial da sua população, engendrando um forte processo de migração rural-urbano. Ao final da década de 1990, o 3º espaço totaliza 49 municípios, com mais de 82% da sua população concentrada no meio urbano, segundo o Censo Demográfico de 2000, elevando-se para mais de 85% em 2007.

Foz do Iguaçu e a configuração da aglomeração transfronteiriça

Enquanto muitos dos municípios do 3º espaço são ocupados entre os anos 1950 e 1970, dada a atração de uma intensa migração de perfil rural, Foz do Iguaçu vivencia, nos anos posteriores a 1970 um processo de adensamento de sua área urbana, iniciado por trabalhadores da construção civil, conhecidos como barrageiros, devido à construção da Usina de Itaipu, entre outros trabalhadores e prestadores de serviços, fornecedores, comerciantes etc.

Em 1970, o município de Foz do Iguaçu apresentava uma população total de 33.966 habitantes, atingindo ao final de 1980, 136.321. Ou seja, sua população total se quadruplicou ao mesmo tempo em que sua taxa de urbanização passou de 59% em 1970 (20 mil habitantes vivendo em área urbana), para 74% em 1980 (mais de 100 mil habitantes), o que significa uma variação absoluta da população urbana da ordem de 500%, numa relação direta com a construção da usina de Itaipu. Esse ritmo de crescimento decaiu na década seguinte, porém mantém-se ainda expressivo, perante o conjunto dos municípios paranaenses. Em 2007, totaliza 311.336 habitantes.

A região começa a transformar-se num “formigueiro” humano. Entre 1975 e 1978, mais de 9 mil moradias foram construídas nas duas margens para abrigar os homens que atuam na obra. Até um hospital é construído para atender os trabalhadores. À época, Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de 20 mil habitantes, em dez anos, a população passa para 101.447 habitantes. (ITAIPU, 2007)

Igualmente, de modo intenso e veloz quanto este contingente humano que para lá se dirige, a ocupação urbana se expande nas cidades dos países vizinhos e dá início à configuração de uma aglomeração no entorno da fronteira dos três países.

Ciudad del Este reproduz crescimento similar a Foz do Iguaçu. Dados da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), do Paraguai, apontam que, em 1972, a municipalidade tinha 26.485 habitantes, que se eleva para

62.328, em 1982, revelando também intenso ritmo de crescimento, que prossegue levando a uma população total, em 2005, de 260.594 habitantes.

Embora partindo de uma base populacional bastante inferior ao das duas cidades vizinhas, a municipalidade de Puerto Iguazú é também impactada pelas obras, mesmo que a Argentina não tenha feito parte do acordo binacional. Sua população triplicou após 1970, quando detinha 3.001 habitantes, para 10.250 em 1980. Em 2001, apresenta uma população total de 31.515 habitantes, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), da Argentina.

Essa dinâmica se reproduz no Oeste paranaense. Mesmo assim, aproximadamente metade do crescimento populacional registrado no 3º espaço, ao longo da década de 1970, concentrou-se na zona urbana do município de Foz do Iguaçu, numa clara e direta relação com a presença dos canteiros de obra da Binacional.

Embora circunscrito a uma parcela do seu território, mais uma vez o 3º espaço vivencia o impacto de uma nova presença humana, exógena e densa. Com as obras de Itaipu, inicia-se em meados da década de 1970 um novo momento histórico na ocupação dessa porção do território do Paraná, que, embora não negue o anterior, introduz novos componentes humanos, sociais, culturais e econômicos, dissociados dos até então existentes. Tal ocupação, repercutindo na direção dos limites internacionais fronteiriços (Paraguai e Argentina), estabelece progressivamente novas relações de distintas ordens, por vezes obscuras, com os principais centros urbanos nacionais e internacionais.

A partir de então, uma rede regional de cidades se consolida e algumas configurações emergem como mais concentradoras e dinâmicas no conjunto dos centros paranaenses. Foz do Iguaçu e municípios limítrofes seguem um padrão comum na conformação dos aglomerados, com elevado crescimento da cidade principal, seguido, nos decênios seguintes, pelo crescimento ainda mais elevado de municípios periféricos – que funcionam como receptáculos de uma população de menor renda excluída do centro pelo mercado de terras. Santa Terezinha de Itaipu confirma esse processo. O mesmo se dá em relação ao recorte bi-polarizado pelos núcleos Cascavel e Toledo, configurando espaço aglomerado com os municípios de Corbélia, Ouro Verde do Oeste e Santa Tereza do Oeste – espaço denominado por **Reolon (2007)** como “aglomeração urbana da soja”.

As duas aglomerações identificadas formam o que se pode apontar como pontas de eixos de dinamismo da região, de onde partem/convergem fluxos de atividades e pessoas. Estudos apontam para a existência de eixos que se estendem ao longo da rodovia BR 467, entre as cidades de Cascavel e Guaíra, passando por Toledo, Maripá, Palotina e Terra Roxa; e outro, que acompanha um trecho da BR

277, entre Cascavel e Foz do Iguaçu (IPARDES, 2000; PERIS e BRAGA, 2003). O estudo *Os Vários Paranás* (IPARDES, 2005) identifica Cascavel como o vértice desses dois eixos, e estudos posteriores (IPARDES, 2008) salientam que o eixo Cascavel/BR 467 e imediações pode ser considerado como estruturador da dinâmica econômica regional.

No processo de adensamento populacional e formação de uma economia regional centrada na agropecuária e polarizada pelo eixo Cascavel/Marechal Cândido Rondon/Guairá/Palotina, o município de Foz do Iguaçu possui uma trajetória distinta, caracterizando-se ao final do período, como uma espécie de enclave em relação ao conjunto dos municípios do 3º espaço. Enquanto há uma articulação entre os municípios da região em torno de atividades produtivas baseadas na agropecuária e agroindústria de alimentos, Foz do Iguaçu sobressai pela geração de energia da hidrelétrica de Itaipu e ativação de um setor Serviços movido pela dinâmica do comércio e dos fluxos transfronteiriços e pela atividade do turismo. Alguns indicadores selecionados tornam evidente a importância de Foz do Iguaçu, tanto no conjunto do 3º espaço, quanto no total do Paraná, e acentuam sua especificidade na geração da riqueza regional (quadro 1).

QUADRO 1 - PARTICIPAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU E DO 3º ESPAÇO NO TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO INDICADORES SELECIONADOS (EM %)		
INDICADORES	FOZ DO IGUAÇU	3º ESPAÇO
POPULAÇÃO TOTAL 2007	3,03	12,12
PRODUTO INTERNO BRUTO 2005	3,83	12,29
VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL 2005	4,78	9,45
VALOR ADICIONADO INDÚSTRIA 2005	0,04	4,36
VALOR ADICIONADO SERVIÇOS 2005	1,27	5,02
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2005	0,10	19,63
EMPREGO FORMAL 2005	1,95	10,40
FONTE: IBGE, SEFA, MTE-RAIS		

Observa-se que, enquanto os 49 municípios do recorte analítico do 3º espaço concentram juntos 12% da população do Paraná, Foz do Iguaçu responde por 3%; concentração que se torna maior em termos de geração de renda na economia, com o município respondendo por 3,8% do PIB do Paraná e o 3º espaço, por 12,3%; visto pelo indicador de valor adicionado fiscal, Foz do Iguaçu responde por 4,8% do VAF total do Estado e o conjunto do 3º espaço, por 9,5%; ao se desagregar esse indicador, constata-se que a contribuição de Foz do Iguaçu se dá no âmbito dos Serviços, nos quais entra a geração de energia, e não no âmbito da indústria, que significa uma participação do 3º espaço em 4,4% do VAF da indústria do Paraná.

O indicador que mostra o relativo alheamento de Foz do Iguaçu da esfera produtiva do 3º espaço é o valor bruto da produção agropecuária. O 3º espaço tem a

participação expressiva de 19,6% no total do Paraná, enquanto Foz do Iguaçu contribui com apenas 0,10%. A margem de contribuição do município na composição do emprego formal paranaense é também pequena, considerando o peso das participações da população e da capacidade de geração de riqueza em relação ao total do Estado. Enquanto o 3º espaço detém 10,4% do total do emprego formal do Paraná, decorrente particularmente de uma base produtiva pautada em atividades agropecuárias e agroindustriais intensivas no emprego de mão-de-obra, apesar dos baixos níveis salariais, Foz do Iguaçu participa com 1,9%. Tal baixa participação pode estar sinalizando ocupações num mercado informal, no comércio e serviços, não medidas pelos indicadores do emprego formal, porém visíveis na natureza dos fluxos entre os países, particularmente Brasil/Paraguai.

Assim, participação diferenciada de Foz do Iguaçu, em relação aos demais municípios que compõem o 3º espaço, está diretamente associada ao perfil das atividades que desenvolve, ligadas à sua posição geográfica transfronteiriça, e à presença da usina hidrelétrica de Itaipu, distanciando-se sobremaneira da agenda de produção regional.

Particularidades na construção de um enclave

Alem da construção de Itaipu, alguns fatos históricos, ocorridos ou gestados durante o regime militar brasileiro, posterior a 1964, são importantes para compreender a formação do aglomerado transfronteiriço entre Brasil, Paraguai e Argentina, bem como, o descolamento de Foz do Iguaçu em relação ao 3º espaço.

Destacam-se, entre outros, a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); a integração do município de Foz do Iguaçu às áreas de segurança nacional do território brasileiro (1968), salvaguardando os interesses comuns aos governos dos três países, representados então por ditaduras militares; a construção e implantação da usina hidrelétrica binacional de Itaipu (início dos anos 1970) e a construção da ponte Tancredo Neves, ligando Brasil e Argentina (1985).

As obras da construção da hidrelétrica de Itaipu, bem como, as pontes ligando Brasil/ Paraguai e Brasil/Argentina, não só contribuíram para o crescimento populacional, com maior peso em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, mas, decorrente deste adensamento humano, intensificou também o rol de atividades do setor terciário e elevou sua importância relativa perante outras aglomerações urbanas de seus respectivos países.¹

¹ A ausência de informações compatíveis em termos metodológicos de coleta e de intervalos estatísticos vem prejudicando dimensionar esse crescimento e colocar a aglomeração num parâmetro de comparabilidade com outras aglomerações urbanas.

Tal ordem de crescimento causou impactos relevantes sobre as administrações municipais, obrigadas a dar conta de todo o tipo e volume de demanda que cresce cotidianamente e recai sobre a gestão local. A contabilidade nem sempre é favorável na relação necessidades/benefícios. Há que se considerar ainda que, além dessa crescente população fixa, um também crescente volume de população flutuante tem acesso à região em busca de turismo, do comércio e de outras atividades, cuja condição de passagem provoca demandas particulares e distintas aos já fragilizados poderes locais.

Como acontece em regiões de fronteira, a mobilidade humana é traço característico tanto no que se refere aos movimentos cotidianos de trabalhadores e consumidores, quanto na diversidade étnica, fazendo com que os próprios limites fronteiriços se tornem transparentes no feixe das relações cotidianas. Como exemplo, constata-se que em Foz do Iguaçu há um movimento pendular de 16.195 pessoas para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência, sendo que 80% (12.900) correspondem a saídas de Foz do Iguaçu, majoritariamente para o Paraguai, e 20% (3.295) corresponde a entradas de pessoas, em grande parte, vindas de Santa Terezinha do Itaipu (1.518 pessoas) e outros municípios brasileiros vizinhos, particularmente os situados às margens da BR 277 (IPARDES, 2008). O fato dessa informação estar limitada ao território brasileiro não permite estimar quantas pessoas com origem nos países limítrofes buscam Foz do Iguaçu para trabalho e/ou estudo, mas infere-se que seja um volume expressivo.

Além desses fluxos para trabalho e/ou estudo, os atrativos da região respondem por um contingente similar de pessoas/dia que passam pela cidade, constituindo uma categoria peculiar de população flutuante, pela renovação diária de visitantes, compondo mais um adicional constante da população presente no município. Um adicional que não repete a sazonalidade das cidades turísticas, particularmente as balneárias, e que agrega ao cotidiano uma população que não estabelece vínculos de posse, tampouco de identidade. Desse contingente de população flutuante, a grande maioria não permanece na cidade por mais de um dia, mas o suficiente para o percurso de compras. Esse cenário exige maior atenção do administrador local na gestão dos interesses, muitas vezes antagônicos, de uma população que não mora na cidade e daqueles que nela residem.

Nessa dinâmica, a heterogeneidade étnica e cultural, geralmente presente numa porção fronteiriça, assume uma amplitude ainda mais notável. Além de ponto de interseção entre três países, culturalmente distintos, um intenso movimento migratório se processou atraído pelas oportunidades econômicas e da construção

civil, ampliando a diversidade de origens e a complexidade de relações, particularmente de âmbito identitário.²

A diversidade cultural dos moradores natos, com forte presença indígena, particularmente no Paraguai, adquiriu ainda maior relevância pela presença de imigrantes internacionais de origens menos comuns nas demais cidades dos respectivos países, como árabes, chineses, coreanos. É populosa a colônia árabe instalada a partir dos anos 1960 em Foz do Iguaçu (a segunda maior do Brasil) e em Ciudad del Este, constituindo-se majoritariamente de libaneses, além de sírios, egípcios, palestinos e jordanianos. É também notável a presença de chineses e sul coreanos, estes tendo chegado mais recentemente. A principal vinculação destes migrantes com a região está na atividade comercial. Como observam **Montenegro e Beliveau (2006, p.21)**,

En Ciudad del Este se torna visible la multiplicidad de lenguas y nacionalidades, en las calles del centro es posible escuchar hablar árabe, guaraní, portugués y español, entre otras lenguas. La multiculturalidad se hace también evidente en vestimentas, oferta de "comida étnica" y otros diacríticos de la yuxtaposición de culturas. Mientras Foz do Iguaçu podría parecerse a cualquier ciudad del interior de Brasil, Ciudad del Este es un espacio singular, visiblemente marcado por la actividad comercial.

Na aglomeração, a singularidade étnica amplia a diversidade religiosa, oferecendo maior complexidade à sua qualificação de fronteira. A presença muçulmana, significativa no Paraná, está concentrada em Foz do Iguaçu, com 1.873 muçulmanos, segundo levantamento de 1991 de **Waniez e Brustlein (2001)**. No Paraná a participação proporcional é superior à do Estado de São Paulo – em 1991, havia nesse Estado 516 muçulmanos por um milhão de habitantes, contra 313 no Estado de São Paulo. Conforme os autores, dois fatores, o tamanho médio da cidade e sua posição geográfica ante a infra-estrutura viária, contribuem no dinamismo da comunidade muçulmana de Foz do Iguaçu. Ícones dessa comunidade passam a pontuar a cidade, como a mesquita inaugurada em 1983, o Centro Cultural e de Beneficência Islâmica, entre outros.

Tal configuração acaba por constituir territorialidades³ particulares, adicionando às fronteiras formais entre os países novas e múltiplas fronteiras

² Tabatinga (Brasil), Santa Rosa (Peru) e Letícia (Colômbia) constituem outro exemplo de fronteira tripla, onde similar complexidade se revela. Nela, a migração envolve dois problemas fundamentais: a xenofobia dissimulada e a ausência de políticas internacionais de migração (**OLIVEIRA, 2006**). São cidades de pequeno porte, distantes de outras cidades dos respectivos países, apresentando-se como portas de saída ou de entrada no território. Vivem problemas como o narcotráfico, o desemprego e o trabalho informal. Desde meados do ano 2000, quando o governo dos Estados Unidos aprovou o Plano Colômbia, os conflitos armados se acirraram e o fenômeno migratório desse país vem se agudizando com o crescente número de *desplazados* ou desalojados pelos conflitos, e que adentram a fronteira brasileira em busca do direito à vida.

³ Territorialidade é empregada respeitando sua estreiteza ao conceito de território que, na compreensão de vários autores remete à idéia de exercício de poder. Configuram-se no interior desses, – com perímetros quase sempre invisíveis, mas nem por isso indelimitados – e abrangem

salvaguardadas pela diversidade cultural e pelos interesses econômicos que se reproduzem na medida em que se adensam os fluxos de relações comerciais.

O comércio transfronteiriço e suas implicações locais

No âmbito da defesa dos interesses econômicos, evidencia formal da situação de enclave transfronteiriço está na criação de “territorialidades específicas, onde os regulamentos internos ao país são relaxados e modificados” (MACHADO, 1998, p.3). É o que se observa na criação das zonas de livre-comércio, como territórios especiais, sujeitos à legislação específica no interior dos Estados Nacionais. Embora Foz do Iguaçu não se encaixe nessa categoria, o município se beneficia dessa condição, atribuída a Ciudad del Este, que funciona como uma movimentada área de livre comércio de “importados”.

Esses lugares de comunicação, ao estarem sujeitos à legislação especial, permitem a realização de operações comerciais e cambiais não sujeitas à regulamentação específica dos estados respectivos. A fluidez dos limites e a conseqüente possibilidade de driblar os circuitos oficiais podem beneficiar os habitantes da faixa de fronteira, mas existem indicadores de que o maior beneficiário é a economia paralela dos países limítrofes. No Brasil é bastante conhecida a centralidade de Foz do Iguaçu para os circuitos de “sacoleiros”, assim como Ciudad del Este se transformou em lugar central para operações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro através do circuito bancário. (MACHADO, 1998, p.4)

De fato, a presença dessa área de comércio aberto atrai uma população oriunda dos mais diversos estados brasileiros, os chamados sacoleiros, que para lá se direcionam na busca de viabilizar renda, e que mais tarde estabelecerão conflitos com o comércio formal em seus locais de origem. Este movimento de comerciantes informais, passageiros, empresários de si próprios, transfere para o aglomerado urbano uma presença instável que não cria raiz, mas faz sombra sobre o cotidiano local. Um caldo de cultura efêmero sem firmar compromisso, fazendo girar uma economia pouco formal, embora muito consolidada. Tal comércio informal rotineiro, formalizando o “pão nosso de cada dia” de brasileiros de tantas origens, por vezes tensiona as relações bilaterais. Porém, de modo geral, dinamiza as relações comerciais locais.

A partir de uma publicação na revista *Forbes*, datada de 1.996, que apontava Ciudad del Este como terceiro centro internacional em importância comercial (apenas após Miami e Hong Kong), tornaram-se inúmeras as especulações a respeito da superioridade desse espaço em relação a outras aglomerações, particularmente dos respectivos países. Essa informação merece ser aferida com base em informações da economia do Paraguai, antes de se tecer conclusões tão superlativas. De qualquer forma, por mais representativa que seja a

desde movimentos regionais e corporações territorializadas, até movimentos locais pela consolidação de direitos, afirmação de minorias e mesmo organização para o crime.

movimentação comercial e financeira nessa cidade, em grande parte está apoiada na ocupação informal, que é ainda a forma de atividade que garante a manutenção de elevado volume de população na área (TORRES, 2007).

A cidade tornou-se uma vitrine de produtos de qualidade questionável, fundamentalmente de eletro-eletrônicos, quase sempre obsoletos nos principais mercados consumidores mundiais, de bebidas e perfumes não confiáveis quanto à procedência. Porém, a diversidade desses produtos e a aceitação garantida pelo consumidor final compensam os riscos de se burlar o controle da fiscalização, ou dos assaltos a ônibus – comuns nas estradas do lado brasileiro. Os produtos atraem pelas marcas de renome, seguidamente em falsificações malfeitas, mas com preço competitivo, ou por ofertarem mercadorias “da moda”, que prescindem de um aparato de *marketing*, pois se valem da publicidade dos próprios fabricantes.

Ninguém exige certificado de garantia: "*la garantía soy yo*". A imitação barata e a ameaça que esse consumo consciente vem provocando no mercado de produtos de primeira linha fazem com que seus fabricantes reajam por meio de campanhas institucionais, objetivando fixar suas marcas e ressaltar a qualidade e a durabilidade expressas em certificados de garantia por redes autorizadas de atendimento ao consumidor. Calçadas se transformam em lojas, e *grifes* com alterações sutis, confundem os consumidores apressados, dando nomes similares a produtos de segunda linha – nessa mistificação, o McDonald's passou a ser McDoland's, e assim vai... O resultado visual desse procedimento é uma reprodução quase fiel; no entanto, a frágil fidelidade da falsificação não se sustenta devido à baixa qualidade do produto final. Paradoxalmente, a aquisição desses produtos, quase sempre descartáveis, passa a assumir a importância de uma compra de bens duradouros (KLEINKE *et al.*, 1996).

O ilícito explícito

Além dessa cópia quase fiel de toda a ordem de produtos, os boletins de ocorrência indicam um amplo espectro de contravenção e pirataria. Drogas eletrônicas, químicas e farmacêuticas, disponíveis ao saltar dos ônibus, ao cruzar a fronteira. *Moto boys*, taxis e pessoas a pé, fazem abertamente o traslado entre as cabeceiras da ponte. Estatísticas aduaneiras divulgadas na grande mídia, revelam uma economia aquecida, responsável por inúmeros empregos diretos, sem direitos, escoando no acostamento da via informal milhares de dólares. A complexidade desse mercado afronta o controle disciplinar, agudizado em determinadas datas quando presentear é uma exigência do consumo – Natal, dia das mães, dia das crianças, entre outros. A presença federal é destacada, trata-se do segundo contingente desta farda em território brasileiro.

Mesmo assim, a porosidade da fronteira atrai por sua “suposta” inimputabilidade: são exemplos os veículos e as cargas “levadas” ilegalmente para o país vizinho. O próprio ato de cruzar a fronteira pode significar a liberdade e/ou a clandestinidade para quem dela necessita.

Mas é relevante considerar a outra ponta, ou seja, a da distribuição e do consumo que se consubstanciam majoritariamente em território brasileiro, muito em função do tamanho do mercado. É crescente o número de pessoas que transportam produtos nesse vai e vem incessante, alimentando comerciantes e sacoleiros que os esperam do outro lado do rio, prontos para atender ao consumidor de menor renda.

Para outro tipo de consumidor, neste caso de maior renda, resvalando a ordem do proibido, em função da legislação que impede casas de jogos em território brasileiro desde os anos 1950, a região também atrai turistas e visitantes para cassinos localizados nos dois países fronteiriços.

Los casinos, uno en Argentina y dos en Paraguay, reproducen algo del glamour de los grandes centros de juegos de Las Vegas, Atlantic City, Caribe y del Principado de Mónaco, con salones con espejos, iluminados y climatizados, shows musicales de artistas brasileiros, argentinos y paraguayos y croupier elegantes. El más sofisticado es el casino argentino, pero los paraguayos no dejan nada que desear. (FRONT, 2004)

Associa-se à presença dos cassinos a lavagem de dinheiro, fruto de outros ilícitos. Também de enorme gravidade, no caso de Foz do Iguaçu, algumas análises sobre violência, exploração sexual dentre outras, reforçam o tom de “terra de ninguém” de sua posição fronteiriça. Segundo Carneiro (2007), percepções coletivas de insegurança, medo e desconfiança emergem associadas à violência na cidade de Foz do Iguaçu, favorecidas por uma trama específica de relações fronteiriças que singulariza a questão. Um discurso do medo do crime tem sido incorporado às práticas locais e vem alterando o modo de vivência cotidiana, comportamentos, atitudes e relações com o espaço público. No âmbito destas fronteiras internacionais, a incidência tanto da chamada violência difusa como também do crime organizado vem apresentando incremento significativo e diversificado. Indicadores colocam Foz do Iguaçu na primeira posição no *ranking* das taxas de homicídio entre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes (107,8 homicídios por 100.000 habitantes em 2005; em 1998, correspondia a 76,59 e em 2001 a 82,84), ou um total de 325 homicídios em 2005, conforme dados da Secretaria Nacional de Segurança – SENASP (CARNEIRO, 2007).

No caso de Foz do Iguaçu, é recorrente o discurso criminalizador das fronteiras (e em particular à cidade paraguaia Ciudad del Este). Aquele lugar concreto a área da tríplice fronteira parece condensar todos os problemas: narcotráfico, contrabando, terrorismo islâmico, máfias transnacionais, crime organizado, criminalidade financeira, e violência em geral. Os bairros pobres também são citados como lugares problemáticos. Estes locais também são caracterizados por ausências: do poder público, de recursos, de controles e ordem. (CARNEIRO, 2007, p.6)

Como extremo da criminalidade, aponta-se a violência sexual contra crianças e adolescentes como problema da região. Sem dados atualizados, Brasil, Paraguai e Argentina intencionam criar um banco de dados com georreferenciamento dos casos. O último levantamento sobre a situação das crianças e adolescentes na região é de 2005, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e seus resultados apontavam a necessidade de ações para combater a exploração e o abuso sexual, reduzir a mortalidade infantil e a desnutrição, ampliar o acesso ao saneamento básico e promover registros de nascimento (NÓRCIO, 2007).

Agudizando o espectro da contravenção,

O comércio ilícito de drogas, associado às atividades de contrabando e lavagem de dinheiro, constitui um exemplo paradigmático. Não só porque mobilizam diversos tipos de rede. O comércio de drogas ilícitas tem o caráter de atividade transnacional, opera em escala global, mas seus lucros dependem do risco que representam as diferenças de legislações e o controle de limites de cada estado nacional. O comércio de drogas e o comércio de dinheiro (moeda, papel ou crédito) compartilham a mesma ambigüidade – a de potencializar os lucros, ao atuar de forma transnacional e, ao mesmo tempo, de se beneficiar das diferenças jurídicopolítico-econômicas entre os estados nacionais. (MACHADO, 1998, p.6)

A fronteira torna-se, assim, uma linha divisora entre um passado inexorável e um futuro possível, o limite a ser suplantado, seja o emprego, seja o consumo, seja a fuga, a inimizabilidade.

Nesses casos, os valores políticos, econômicos, sociais, culturais e geográficos passam da inércia ou *amistad*, do convívio amistoso para situações de conflito, por vezes, desencadeando intervenções militarizadas com cenas de brutalidade explícita. Portanto a complexidade das relações faz com que a gestão do espaço passe necessariamente pelo amplo diálogo entre as partes envolvidas, bem como, pela criatividade na elaboração de propostas alternativas para o enfrentamento do limite entre o legal e o ilegal.

No rastro desse ambiente, uma sutil, lenta e elaborada construção simbólica vem transmutando o símbolo e a expressão dessa região transfronteiriça – as Três Fronteiras, ícone de um período de entrelaçamento de relações amistosas – na perigosa área da “tríplice fronteira”, idéia provavelmente menos ligada à concepção dos moradores da região sobre ela mesma e mais afeta a uma construção exógena, introjetada no imaginário local.

Montenegro e Béliveau (2006) e Rabossi (2004) exploram essa construção como uma ação deliberada recente, situada ao final dos anos 1990. Segundo os autores, essa denominação emerge a partir da suspeita da presença de terroristas islâmicos na região, após atentados à Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e à Associação de Mutuários Israelitas Argentinos (AMIA), em 1994. Mostram que em março de 1996 a denominação é incorporada oficialmente pelos governos

dos respectivos países no “Acordo dos Ministros do Interior da República Argentina, da República do Paraguai e de Justiça da República Federativa do Brasil”, assinado em Buenos Aires. Dois anos depois, em janeiro de 1998, é assinado o “Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira”, que cria comissões e ações específicas para a área.

Para as autoras, a região se converteu em uma metáfora das zonas cinzentas e dos espaços sob a ameaça imprevisível do "terrorismo global". Após 2001, a região torna-se alvo de notícias na imprensa nacional e internacional, sob um discurso jornalístico que a relaciona a um espaço transnacional que escapa aos controles estatais, e com vínculos a eventos como os atentados ao *World Trade Center*, em Nova York. Tais notícias baseiam-se em circunstâncias locais, como a concentração de imigrantes árabes e o descontrole existente sobre os fluxos comerciais realizados na confluência dos países. Além da imprensa, as autoras apontam que a construção simbólica da tríplice fronteira teve subsídios também do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Isso se confirma em publicação de origem militar norte-americana, que aventa a presença terrorista e o apoio silencioso da população às suas atividades, o que implica e justifica ações de prevenção e combate (ABBOTT, 2005). Dita publicação admite que “embora essa área não seja atualmente o centro de gravidade para a guerra total contra o terrorismo, ela tem um lugar importante na estratégia contra o mesmo” (p.18). Essa afirmação, de certa forma, vem para justificar a presença da base militar americana na região.

A soma desses processos reforça manifestações de um imaginário de medo e insegurança. Sob a alcunha outorgada da tríplice fronteira, da “zona de guerra do Cone Sul” (CARNEIRO, 2007), a visibilidade adquirida pela região confunde-se e sobrepõe-se ao cotidiano dos moradores locais. Por mais convincentes que se tornem os argumentos, um contra-discurso se articula na região, aglutinando mobilizações em defesa da diversidade cultural e da biodiversidade, assim como referentes à responsabilidade social dos governos diante das desigualdades. Organizações ecologistas, mídia ou agências de notícias alternativas, organizações sociais, lideranças religiosas e fóruns sociais regionais vêm configurando uma “constelação ideológica” que começa a questionar as definições da imprensa e dos organismos oficiais, e a definir a tríplice fronteira, mais propriamente, como objeto de cobiça de recursos naturais, por parte de interesses de outros países estrangeiros (MONTENEGRO e BÉLIVEAU, 2006).

Tal questionamento aflorou durante a realização do 2º Fórum Social da Tríplice Fronteira, em Ciudad del Este, onde mais de 40 organizações sociais e sindicais do Brasil, Argentina e Paraguai manifestaram-se contra a militarização

americana na área. “‘Estamos construindo uma unidade de movimentos sociais para denunciar os efeitos da militarização americana na região’, disse Orlando Castillo, membro do Serviço Paz e Justiça (SERPAJ) do Paraguai.” (FOLHA, 2006) Um dos temas analisados no Fórum foi a suposta tentativa de Washington de dominar os recursos naturais da região, principalmente o Aquífero Guarani.

A alternância entre integração e verticalização

A gestão de aglomerações urbanas é um processo de articulação difícil. No Brasil, a autonomia municipal e estadual amplia essa dificuldade, por fragmentar decisões que deveriam ser tomadas em uníssono. Maiores dificuldades resultam da sobreposição de escalas, legislações distintas e políticas macroeconômicas, também distintas, como ocorre nas aglomerações internacionais transfronteiriças.

A dinâmica de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este exige que se discuta a viabilidade da integração do planejamento e gestão, posto que a presença física dos limites territoriais encontra-se cada vez mais intermitente: desaparece em relação ao fato urbano, persistindo apenas por uma imposição político-administrativa.

Rolim (2004, p.1) aponta que um grande problema nessas regiões está nas restrições à mobilidade dos fatores de produção, impondo conseqüente dificuldade à concretização de um espaço econômico peculiar.

As regiões transfronteiriças de uma maneira geral estão longe das regiões que constituem o núcleo das economias nacionais. Dessa forma a existência da fronteira ao impor a necessidade de uma série de serviços para a transferência de uma realidade político administrativa para outra bem como propiciar uma série de outras atividades que se valem das vantagens que ora privilegiam um lado, ora privilegiam outro, possibilita a formação de uma realidade econômica diferenciada naquele local. Essa realidade, se por um lado tende à integração ao seguir a lógica dos mercados, por outro encontra várias barreiras para se concretizar em decorrência das lógicas institucionais. (ROLIM, 2004, p.3)

A Ponte da Amizade funciona para Foz do Iguaçu e Ciudad del Este como uma avenida de um mesmo espaço urbano, uma aparente fronteira amigável, que não deixa de ser uma (estreita e curta) linha de controle do trânsito de mercadorias transportadas, dependendo de distintos interesses. Por vezes se fecha ou se abre, por outras, acelera ou torna vagaroso o tráfego, promove revista nos passantes e porta-malas, reprime, libera, ignora ou apreende mercadorias de sacoleiros ou do cidadão local que se beneficia das oportunidades cambiais para seu abastecimento próprio. Como uma cancela, separa ou une o interior de um espaço contínuo, fortemente articulado. O mesmo se repete na Ponte Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú, porém com menor impacto, dado o menor trânsito de

mercadorias. Por ela transitam em maior número os visitantes do “outro lado” das Cataratas.⁴

A integração que ocorre de fato resulta dos diferentes usos realizados pelos diversos agentes que atuam nesse espaço, de forma pontual e muito voltada a ser apropriada por aqueles que se deslocam para o trabalho, para acessar serviços, usufruir de determinada função ou infra-estrutura urbana.

Assim, o que mais conforma a integração – e é aí que essa porção transfronteiriça se distingue de outras aglomerações urbanas – são as oportunidades apropriadas independentemente do lado da fronteira em que são ofertadas, criando a idéia de “paraísos” efêmeros. Paraíso para os moradores do complexo que conseguem se apossar das oportunidades territorialmente mutantes e paraíso para os habitantes de fora do complexo que, apesar de muitas vezes trazerem impactos negativos, geram empregos e renda por meio de turismo, compras e negócios (KLEINKE *et al.*, 1996). Conscientes ou inconscientes da integração, as populações residentes e flutuantes cruzam a fronteira e, buscando oportunidades, formatam, igualmente, uma integração efêmera.

Extrapolando a escala da aglomeração e considerando seu papel no espaço regional em que se insere, com pequenos vínculos entre as atividades desenvolvidas por ela e por suas porções vizinhas, ou seja, desempenhando uma situação de enclave, é também imperativo que se busque a integração, em ambos os lados da fronteira. A presença de Itaipu, por mais que desenvolva programas de capacitação e educação, ainda não contribui para uma efetiva agenda de desenvolvimento regional. Até mesmo o conjunto de municípios cujas receitas são acrescidas de recursos provenientes de *royalties*, como compensação pela área inundada para geração de energia, no que concerne à formulação e implementação de ações que otimizem os recursos agregados têm uma *performance* ainda restrita à esfera municipal, ampliando as assimetrias na região (IPARDES, 2008).

Considerações finais

A aglomeração transfronteiriça estudada define um contexto geopolítico de elevada importância, desenhando uma posição de centralidade pela sua localização geográfica, favorecendo sua função como ponto de interseção entre os três países. No caso brasileiro, assume importância pela concentração populacional e geração de riquezas, a partir da produção de energia e por um terciário diversificado. Porém,

⁴ Sem incorrer ao abrir e fechar das pontes, o Brasil já atravessou sua fronteira, imiscuindo sua cultura nos sinais da Rede Globo que alcançam grandes centros de países vizinhos; proprietários brasileiros incorporam terras estrangeiras em seu patrimônio; produtores melhor capacitados tecnologicamente são selecionados por um mercado que não contempla os conterrâneos menos habilitados – os brasiguaios respondem por 98% da soja produzida no Paraguai, que responde por 30% do PIB do País.

sua integração horizontal com o Oeste paranaense é pequena. Incrustada numa região fortemente agropecuária, o aglomerado de Foz de Iguaçu se destaca por atividades de outra natureza. Cabe estudar se o mesmo se configura nos países vizinhos.

Na aglomeração, se os mecanismos formais de gestão não conseguiram contemplar a complexidade da situação transfronteiriça, as soluções de continuidade das relações interpessoais se efetivam a revelia, marginalizadas e/ou fragilizadas pelo aparato da lei. A velocidade do exercício cotidiano na busca da viabilidade social e econômica por moradores ou consumidores passageiros se manifesta na construção, destruição e reconstrução do espaço, para além e aquém do poder instituído. Mesmo que se feche a passagem de um país para outro, o que freqüentemente acontece, os atalhos surgem na periferia do formal, na transgressão dos limites. A obsolescência das ações gestoras se manifesta nos primeiros conflitos.

Assim, fronteiras se rompem ou se materializam com o livre trânsito de produtos autênticos ou piratas, com a fuga, com o lícito e o ilícito, e com as desigualdades econômicas e sociais. Essas são características desse espaço de responsabilidade difusa, seja pelas mutações espaciais, fruto da dinâmica das relações sociais, seja pela sobreposição das escalas local, regional, nacional e transnacional, somada aos interesses extra-locais que, de certa forma, interferem sobre ele.

Nessa configuração de caleidoscópicas territorialidades, compõe-se um espaço de múltiplas fronteiras, dada à quantidade de atores, interesses, pactos formais e informais, que fazem com que, por se tratar de um espaço de todos, pareça não pertencer a ninguém. São fronteiras de ordem econômica, social, antropológica, cultural, étnica, e principalmente do desejo de usufruto das oportunidades que oscilam entre os três países e de suas peculiaridades. Fronteiras que demarcam territorialidades a serem identificadas, reconhecidas e compreendidas como agentes intervenientes na produção do espaço transfronteiriço e em suas relações com o meio exterior.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, K. P. (2005). "A ameaça terrorista na área da tríplice fronteira: mito ou realidade?" *Military Review*, jan./fev. 2005: 18-23.
- CARNEIRO, C.M.Q. (2007). "Violência e Sociedade: segurança, controle e castigo". *Anais. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, UFPE.
- FOLHA *on line*. (2006) "Organizações rejeitam presença dos EUA na Tríplice Fronteira". 22/07/2006 - 21h39. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u98225.shtml>. (Acesso em 06/11/2007).

- FRONT. (2004). "Triple Frontera tiene tres casinos". Foz do Iguaçu: Agencia de noticias de la triple frontera, 7/2/2004. Disponível em www.h2foz.com.br/Front_inf_br
- IPARDES. (2008). *Os Vários Paranás. Oeste paranaense: diversidades e especificidades*. Curitiba: PARDES. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/varios_Paranas_oeste.pdf (Acesso em setembro de 2008).
- IPARDES. *Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses*. Curitiba, 2004.
- IPARDES. *Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional*. Curitiba, IPARDES, 2005, 223p., mapas e tabelas anexas.
- IPARDES. *Redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.
- ITAIPU. Página oficial da empresa <http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/356>. (Acesso em novembro de 2007).
- KLEINKE, M.L.U.; CARDOSO, N.A.; ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (1996). "O paraíso dos outros". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 88: 23-36.
- MACHADO, L.O. (1998). "Limites, fronteiras, redes". STROHAECKER, T.M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (org.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 41-49.
- MAGALHÃES, M.V. *O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram*. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado) – UFMG/CEDEPLAR, 2003.
- MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V.G. (2006). *La Triple Frontera: globalización y construcción social del espacio*. Madrid: Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.
- NÓRCIO, L. (2007). "Exploração sexual na Tríplice Fronteira será mapeada e combatida em campanha". *RADIOBRAS. Agência Brasil*, 4/9/2007. Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/09/04/materia.2007-09-04.5599019075/view>. (Acesso em 06/11/2007).
- OLIVEIRA, M.M. de. (2006). "A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia." *Estudos Avançados*, 20 (57).
- PERIS, A.F.; BRAGA, E.G. (2003). "Eixos de Desenvolvimento Intra-Regionais". PERIS, A.F.(org.) *Estratégias de Desenvolvimento Regional: região oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste.
- RABOSSI, F. (2004). *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado) apresentada ao Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- REOLON, C.A. (2007). *A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense*. Dissertação (Mestrado) apresentada a Universidade Estadual do Oeste Paranaense-UNIOESTE, Toledo.
- ROLIM, C. (2004). "Como analisar as regiões transfronteiriças? Esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu". *TD Nereus*, mai.2004. São Paulo: Núcleo de Estudos de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo.
- TORRES, G. (2007). "Si Paraguay cierra Ciudad del Este, la economía paraguaya se desbarranca". Entrevista. *Causa Popular*. Internacional, 18/09/2007.
- WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. (2001) "Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social". *ALCEU*, 1, 2: 155-180, jan./jul. 2001.